



Intervenção de Arménio Carlos
Secretário-Geral

Camaradas, amigas e amigos,

Uma saudação muito forte a todos os que hoje, em Lisboa e no Porto, lutam por Abril, em defesa da liberdade, da democracia, da justiça social, da solidariedade e do desenvolvimento, a todos os que lutam contra a exploração, que não pára de se acentuar, e o empobrecimento a que a política de direita está a condenar o país.

Saudação calorosa aos trabalhadores, pensionistas e reformados, jovens e desempregados que, enfrentando a adversidade, provocações e ameaças, erguem a voz e, com determinação, não viram a cara à luta, criando condições para a intensificação e alargamento do protesto contra este Governo e a violenta política que está a impor ao povo e ao país.

O Governo PSD-CDS, cada vez mais enfraquecido e isolado, quis transformar esta manifestação num acontecimento que lhe fosse favorável e desviasse as atenções do essencial.

Para isso, tomou a decisão ilegítima, prepotente, autoritária e antidemocrática de impedir o desfile, a pé, na Ponte 25 de Abril. Procuraram fomentar a insegurança, sem nunca rebater os argumentos que apresentámos para ultrapassar todas as questões que levantaram. Tentaram o confronto para evitar o inevitável alargamento e intensificação do protesto e indignação populares. Perante a provocação, respondemos com a serenidade de quem sabe para onde vai, mas não vai para onde nos querem levar.

Uma vez mais à margem da lei, ao pretender condicionar o protesto, o Governo PSD-CDS, revela o medo que tem dos trabalhadores e da população e da sua força organizada, mascarando de “questões técnicas”, a decisão puramente política em relação à travessia da ponte.

Não conseguiram.

Não nos conseguiram impedir de unir as duas margens do Tejo e do Douro, por Abril, contra a exploração e o empobrecimento;

Não conseguiram amedrontar os trabalhadores e a população.

Não conseguiram desviar as atenções dos efeitos da sua política de desastre económico e social.

Uma política que deixa 1,5 milhões de trabalhadores sem emprego, e muitos deles sem protecção social.

Que força a emigração de mais de 220 mil famílias, na sua esmagadora maioria jovens;

Que trouxe de volta a fome a um número crescente de crianças;

Que traz a pobreza aos mais idosos e desprotegidos;

Que prepara uma nova redução do valor da pensão e o aumento da idade da reforma;

Que generaliza a precariedade no trabalho e na vida de milhões de portugueses.

Uma política que não só perpetua, como alarga a novas camadas da população a negação a uma vida digna.

A política da crise que destrói e desestrutura a vida da generalidade da população tem de ser travada. A proposta de OE2014 não só pretende transformar em permanentes, medidas que foram apresentadas como temporárias, como contempla mais um brutal pacote de empobrecimento e exploração. Este é, claramente, um Orçamento inconstitucional.

É um Orçamento que asfixia a economia, prolonga a recessão e esmaga os rendimentos dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, dos jovens e dos desempregados.

É o Orçamento da acumulação das injustiças, das desigualdades, do definhamento económico e social, das privatizações e do esbulho da riqueza nacional, a favor dos mais ricos e poderosos.

É o Orçamento do saque organizado, da vassalagem, da perda de soberania ultrajante, da redução sem precedentes do poder de compra das famílias e dos cortes para os mesmos de sempre.

Cortes nos salários e remunerações dos trabalhadores da Administração Pública e das empresas do Sector Empresarial do Estado;

Cortes nos efectivos da administração central, local e das empresas públicas;

Cortes nas prestações sociais, nas pensões de reforma e de sobrevivência, no subsídio de desemprego e de doença;

Cortes nas deduções ao IRS para os trabalhadores e pensionistas;

Cortes na educação e na saúde, na segurança social, na justiça e na cultura.

É hora de dizer basta a uma política bafienta, que amontoa e agrava problemas, adia soluções e compromete o futuro! Basta de sacrifícios para a generalidade da população, para favorecer os interesses predadores dos grupos económicos e financeiros.

Basta de uma política que promove o terrorismo político e social contra o povo e a Constituição!

Ao contrário do que o Governo PSD-CDS afirmou, este Orçamento não é o “momento de viragem”, mas a reafirmação de uma opção de classe que aprofunda o retrocesso e acelera o afundamento do país!

O que o Governo PSD-CDS retira à saúde, mais de 700 milhões de euros, é quanto pagará a mais pelas PPP's, ao BES, BPI e BCP, à Galilei (ex-SLN) e às grandes construtoras. Este é o Governo que rasga o contrato social e quebra o princípio constitucional da confiança, com os trabalhadores e os pensionistas, mas já quanto aos contratos escandalosos das PPP's e das Swap's diz que são para cumprir, custe o que custar! É uma vergonha!

Este é o Governo PSD-CDS que entrega às grandes empresas, no IRC, muito mais que o montante que retira no subsídio de doença, no abono de família, no complemento social para idosos e no rendimento social de inserção, sem esquecer o novo roubo nas pensões.

Este é o Governo PSD-CDS que destina à educação e ciência uma verba inferior aos juros agiotas que vamos pagar!

São estes, entre um rol infindável, os exemplos que desmascaram a verdadeira natureza da política de direita e demonstram toda a injustiça e brutalidade que encarna!

Pelo terceiro ano consecutivo, este é um Orçamento fora da lei, como fora da lei é o Governo que o apresentou. Rouba aos pobres para dar aos ricos. Retira ao país para entregar ao estrangeiro. Emagrece o Estado para engordar o capital!

Este Orçamento não pode passar! O Presidente da República tem de o enviar para fiscalização preventiva!

Camaradas, amigas e amigos

Com tamanho empobrecimento e exploração, com tamanha transferência de rendimentos do trabalho para o capital, não é de estranhar que o Governo e a troica tenham eleito o povo e a CRP como inimigos.

A Constituição que temos e queremos, não é fruto de acasos. Não é neutra, e muito menos um instrumento ao serviço de uma minoria para se impor à generalidade da população. Os direitos, liberdades e garantias de Abril são parte de um projecto de futuro, um projecto de democracia e soberania que não se compadece com a política de terra queimada do Governo, do FMI e da U.E.

Trata-se de uma Constituição que preconiza a subordinação do poder económico ao poder político e consagra os direitos dos trabalhadores como intrínsecos à democracia.

Quando a questão se coloca entre os direitos humanos e a desumanização, a CRP é clara. São os direitos humanos e a dignidade que prevalecem sobre a desumanização e a barbárie. É a harmonização social no progresso que se sobrepõe ao retrocesso. São os direitos laborais, económicos e sociais que têm de ser incrementados e não a especulação e a finança.

Não é a CRP que tem de se ajustar à ditadura dos mercados ou subjugar aos ditames do programa de agressão, denominado de memorando da troica; mas sim o Governo e o Presidente da República que têm de respeitar e fazer cumprir a Constituição!

Neste sentido, são inadmissíveis os silêncios do Governo e do Presidente da República perante as intromissões e chantagens feitas por Durão Barroso e pela Sra. Lagarde, que não só constituem um triste episódio da subalternização e humilhação do país, como um ataque à soberania nacional e à democracia.

O Tribunal Constitucional tem de decidir sem pressões e sem chantagens dos agiotas e arautos do capital.

É preciso dizer que o Governo mente quando afirma que não há alternativa a esta política, em rota de colisão com a Constituição! Há alternativa! A alternativa passa pela implementação de uma política de esquerda e soberana, alicerçada nos valores, princípios e conquistas de Abril.

Abril não só faz parte do património que possibilitou a Portugal um desenvolvimento económico e humano assinalável, como tem de ser projectado no futuro pelo qual lutamos.

Apesar de amputações e deturpações, foram as conquistas de Abril que tiraram o país da cauda da Europa, no plano dos direitos sociais e laborais e em termos de saúde, educação e protecção social. Foi Abril e as portas que Abril abriu, que trouxeram a modernização da nossa economia, o alargamento do acesso à cultura e a democratização do Estado.

Num momento em que se aproxima o 40º aniversário da Revolução de Abril e do 1.º de Maio em Liberdade, reafirmar Abril e Maio é lutar todos os dias pelo direito ao trabalho com direitos, à protecção social, a um salário digno, ao salário mínimo, ao direito à maternidade e à paternidade e à efectiva subordinação do poder económico face ao poder político! Ao invés da política de direita, que só semeia o desespero e a miséria, afirmamos que é nos direitos, liberdades e garantias, que está a esperança e a confiança numa vida melhor!

Por tudo isto, afirmamos que este Governo não tem legitimidade, nem política nem moral, para continuar em funções. É um Governo em acelerada erosão da sua base social de apoio como o demonstram os resultados das eleições autárquicas de 29 de Setembro e as acções de protesto e proposta organizadas pela CGTP-IN, às quais, aqueles que trabalham e habitam em Portugal, aderem em número cada vez mais significativo e com determinação crescente.

Ao contrário do que alguns afirmam, não estamos perante nenhuma inevitabilidade, a não ser a da demissão urgente deste Governo, que vê o chão fugir-lhe debaixo dos pés a cada dia que passa.

Existe alternativa. Temos Propostas!

Primeiro, há que acabar com o esbulho de mais 8 mil milhões de euros que pagamos em escandalosos juros. Temos de renegociar a dívida pública, com o apuramento dos montantes e o alargamento do prazo para o seu pagamento, sob pena desta não parar de aumentar e acabarmos num novo “resgate”, em novos roubos aos que menos podem e menos têm, em ainda maior perda de soberania.

É preciso que o défice seja subordinado ao crescimento económico e que se promova o investimento na actividade produtiva, na produção nacional planeada para responder às necessidades do nosso povo e ao desenvolvimento, para promover emprego com direitos, criar riqueza e assegurar a sua justa distribuição, para reduzir as importações e diminuir a dívida.

É preciso uma política de rendimentos com vista ao aumento dos salários, incluindo o salário mínimo nacional, bem como das pensões, indissociável da melhoria do poder de compra, do aumento do consumo e da dinamização da economia, por imperativo de justiça social e para pôr as empresas a vender mais, criar mais emprego, gerando mais receitas fiscais e contribuições para a segurança social.

É preciso uma verdadeira política fiscal que reduza a carga sobre quem trabalha e trabalhou e vá buscar receitas aos detentores de capital, às transacções financeiras que não pagam impostos, aos dividendos e lucros que estão isentos, à grande fraude e evasão fiscal, concentrada em meia dúzia de grandes empresas!

É preciso acabar com o escândalo de bens essenciais, como a electricidade e o gás butano e de garrafa serem taxados com 23% de IVA, a mesma percentagem que pagam aqueles que compram os Ferraris e os Porsches.

É preciso pôr fim à lei dos despejos, que está a deixar as famílias sem tecto, colocando-as numa situação agonizante!

É preciso prosseguir a luta por uma política de esquerda e soberana, alicerçada numa educação, saúde e segurança social universais e solidárias, bem como no reforço e defesa dos serviços públicos, enquanto motores de desenvolvimento!

Sabemos o que está em jogo: são as nossas vidas, as vidas dos nossos filhos e dos nossos netos, o nosso futuro colectivo. O que se está a determinar é que tipo de país vamos deixar – o do cada um por si e da lei do mais forte, ou o da solidariedade inter e intra geracional, da liberdade e da democracia iniciada por Abril.

A continuação, alargamento e intensificação da luta é o factor que vai determinar o fim do pesadelo.

Está nas nossas mãos e na força que sustenta a nossa razão, prosseguir a luta nos locais de trabalho, em defesa da efectivação dos direitos plasmados na contratação colectiva e na elevação das condições de trabalho e de vida dos que trabalham e vivem no nosso país!

O momento que vivemos exige a união de esforços e vontades para defender os nossos interesses de classe nesta luta que não pára, pela defesa dos nossos direitos e garantias, da nossa dignidade e a construção de um Portugal de progresso e justiça social. Um momento em que é fundamental reforçar a unidade na acção a partir do local de trabalho, redobrando a força colectiva dos trabalhadores, através da sua sindicalização e de uma participação ainda mais activa na dinamização das suas reivindicações e da construção de alianças sociais que contribuam para romper com a política de direita e garantam o caminho da demissão do Governo, a realização de eleições antecipadas e a edificação de uma alternativa assente numa política de esquerda e soberana.

Um momento que nos convoca a todos e todas para dar mais força a este grande colectivo de homens, mulheres e jovens, que resiste e não desiste, que protesta e propõe, que luta e acredita que é possível tomar nas nossas mãos os destinos das nossas vidas.

Vamos lutar pela efectivação das normas declaradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional, exigindo que, de acordo com os CCT's, os trabalhadores gozem mais 3 dias de férias, sejam ressarcidos dos valores correspondentes aos descansos compensatórios não gozados desde Agosto de 2012, e que os ilegalmente despedidos sejam readmitidos de imediato e reembolsados das remunerações perdidas.

Vamos recolher o maior número de assinaturas para a Petição contra o roubo nas pensões e o aumento da idade da reforma.

Vamos apoiar a Petição lançada pelo STAL contra o aumento do horário de trabalho para os trabalhadores da Administração Pública.

Vamos manifestar a nossa solidariedade para com todos os que recusam lançar a “toalha ao chão” e lutam todos os dias pela defesa dos seus legítimos direitos e da sua dignidade, no Continente e nas Regiões Autónomas.

Daqui saudamos todos os trabalhadores e trabalhadoras em luta:

Saudamos as trabalhadoras da Empresa de Lanifícios António Carrelo, de São Romão, em Seia, que como muitos outros, lutam contra o flagelo dos salários em atraso.

Saudamos a luta dos Enfermeiros e a Greve Nacional parcial que estão a realizar até ao dia 22 de Outubro, em defesa do SNS e contra o aumento do horário de trabalho e a redução dos salários.

Saudamos os trabalhadores dos CTT que, no dia 25 de Outubro, estarão a lutar contra a privatização da empresa e a defender os seus direitos e os direitos da população a ter um serviço postal público.

Saudamos todos os que, no próximo dia 26 de Outubro, estarão na rua a exigir a demissão do Governo e a saída da troica, do nosso país.

Saudamos as greves dos trabalhadores do Metro, no dia 31 de Outubro, da Soflusa e da Transtejo entre 3 e 9 de Novembro, da Carris no dia 7 de Novembro, contra a redução da retribuição, as medidas ilegais e inconstitucionais que põem em causa os Acordos de Empresa, a entrega da gestão das empresas ao sector privado e a degradação do serviço público com o encarecimento dos preços a pagar pelos utentes;

Saudamos a luta dos trabalhadores da Administração Pública que, no dia 8 de Novembro, realizarão uma greve em todo o país, contra os roubos e afrontas a que têm sido sujeitos por este Governo e pela defesa das funções sociais do Estado e de melhores serviços públicos.

Hoje, no Porto e em Lisboa, fizemos uma das lutas mais intensas, vibrantes e determinadas do Movimento Sindical e dos trabalhadores portugueses. No próximo dia 1 de Novembro, dia feriado que nos foi roubado e que coincide com a primeira votação na generalidade do OE, lá estaremos, de novo, na Assembleia da República, às 10 horas, para rejeitar a proposta de Orçamento, para exigir a demissão do Governo e a realização de eleições, quanto antes.

Este é um tempo que exige a participação de todos; trabalhadores com vínculos efectivos e precários, desempregados, reformados, aposentados e pensionistas, jovens, mulheres e todos os outros sectores e camadas atingidos pela política de direita.

Este é um tempo de endurecer e intensificar a luta pela mudança urgente e inadiável.

Um tempo de luta sempre com os trabalhadores e o Povo, pelos trabalhadores, o povo e o país.

A LUTA CONTINUA!

VIVA A CGTP-IN!

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!

19 Outubro 2013